

INSS TENTA IMPOR LEI DA MORDAÇA CONTRA DIRETORA DO SINSPREV/SP E DA FENASPS!

O Governo Bolsonaro e seus asseclas, comissionados nos cargos de confiança, atacam todos aqueles(as) que ousam lutar contra a retirada de direitos dos(as) trabalhadores(as), contra o desmonte dos serviços públicos e contra quem denuncia a política negacionista deste governo genocida diante da pandemia de Covid-19.

Este mesmo governo que boicota as medidas preventivas e de distanciamento social e a compra de vacinas, sendo responsável direto pela morte de mais de 440 mil pessoas, está desmontando as políticas públicas educacionais, desestruturando as universidades públicas federais e os centros de pesquisas. Assim como vem precarizando o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Independentemente da categoria, quem discordar da gestão federal ou enfrentar o desmonte dos direitos dos servidores públicos, das políticas públicas sociais e a necropolítica em curso, sofre consequências. O *modus operandi* do Governo e do seu séquito é de perseguir e ameaçar com processos administrativos.

Agora, o governo quer obrigar os(as) servidores(as) a assinarem um **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**, transformado em um instrumento de exceção da mesma forma que na época da ditadura militar. Em síntese, os gestores tentam intimidar aqueles(as) que lutam e protestam por seus direitos previstos na Constituição da República e demais legislações. Estas pessoas, que agem a mando do governo, ainda têm a desfaçatez de fazer ameaças de demissões contra servidores(as) públicos(as), que sempre cumpriram com suas atribuições, simplesmente porque lutam contra o massacre cotidiano nos locais de trabalho.

Lei da mordaca

Recentemente, os bedéis do governo fascista tentaram aplicar a lei da mordaca, **censurando e condenando professores de universidades federais** por fazerem críticas às políticas do governo, de intervenção e destruição das universidades, além de tentar consolidar uma política de morte, pela recusa na adoção de medidas sérias para combater a Covid-19.

Os tribunais vêm cassando todas as ameaças e tentativas de intimidação contra servidores(as), que foram acusados e/ou indiciados com base na **Nota Técnica nº 1.556/2020**, uma medida evidentemente ilegal, já que não possui respaldo na Constituição Federal e demais legislações trabalhistas e do Serviço Público, editada pela AGU, em julho de 2020.

Esta nota proíbe servidores(as) de expressarem críticas e comentários em relação ao governo. Temos, portanto, uma verdadeira ditadura em curso no Brasil e os primeiros a serem perseguidos são os(as) servidores(as) públicos(as) que não aceitam os desmontes promovidos pelo desgoverno neofascista. Para os trabalhadores do Seguro e Seguridade Social a realidade não tem sido diferente.

Perseguição à Ritinha

A funcionária Rita de Cassia Assis, a Ritinha, além de representar a categoria em nível estadual, por meio do Sinsprev/SP, também compõe a atual direção da FENASPS, como representante dos trabalhadores de todo o país. Sendo, portanto, uma das vozes ativas em diversas audiências com a presidência do Instituto, levando as pautas da categoria aos gestores, além de ser ainda representante dos(as) servidores(as) do INSS no Comitê Gestor Nacional da Avaliação de Desempenho (CGNAD).

A diretora Ritinha está sendo sofrendo "acusações" por parte da gestão do INSS por sua conduta. Dentre as querelas, os gestores da autarquia afirmam que a mesma filmou e fotografou o local de trabalho; participou de entrevistas à imprensa; além de acusá-la de ter se ausentado do trabalho, sem registro de frequência.

Devemos deixar evidente que o acesso ao local de trabalho e dar entrevistas à imprensa fazem parte do direito de organização sindical e da atuação efetiva dos(as) representantes da categoria. O que o INSS quer, na verdade, é impedir que toda a sociedade tome conhecimento da situação catastrófica do Instituto, ameaçando aqueles que historicamente sempre lutaram em defesa da Previdência Social Pública e de qualidade.

Quanto ao registro de frequência, cabe ressaltar que isso se deve ao fato da diretora estar em audiências convocadas pela própria gestão do INSS, e os superiores imediatos dela intencionalmente fazem de conta que ignoravam esses fatos, com objetivo de prejudicá-la.

Esta perseguição à diretora Ritinha, é uma demonstração de que há setores da gestão do INSS que cumprem o triste papel de feitores e carrascos, pois são capazes de montar acusações contra a trabalhadora, tentando impedir a sua atuação como dirigente sindical.

Desta feita, a mesma vem sendo ameaçada de responder Processo Administrativo Disciplinar (PAD), e se recusar a assinar o "Termo de Ajustamento de Conduta" (TAC), que na prática é uma mordça para impedir a diretora de exercer o seu legítimo e legal papel de dirigente sindical eleita pela categoria. Dentre outras coisas, sua tarefa é de denunciar o desmonte do INSS, a retirada de direitos e organizar os(as) trabalhadores(as).

Questões essas que não afetam apenas os servidores, mas a classe trabalhadora como um todo, e o adequado atendimento à população que precisa do Instituto, para garantirem seus direitos sociais.

De forma ardilosa, o TAC foi "montado" sem sequer citar que Rita de Cássia de Assis Bueno é diretora do Sinsprev/SP, legítima e legalmente eleita pela categoria, há várias gestões para a direção da entidade sindical. Da mesma forma que o documento sequer cita que a mesma é diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social – FENASPS – também representante da categoria no CGNAD.

Obviamente, o TAC foi redigido desta forma sob a orientação dos tecnocratas dos gabinetes, pessoas de confiança do atual governo autoritário, que sabem que se citassem o destacado papel da dirigente em defender a categoria, estariam confessando o verdadeiro crime de atentado contra a liberdade de associação e cerceamento de liberdade de expressão e atuação sindical.

Ou seja, bem ao gosto do *bolsonarismo*, no qual são produzidas mentiras e narrativas que têm como único intuito a preservação dos cargos e impedir que seja denunciada a política de conluio de dirigentes do INSS com os fanáticos, genocidas e negacionistas que hoje compõem o Governo, que a bem da verdade, **estes sim deveriam ser punidos!**

Em relação às acusações infundadas contra a Diretora do Sinsprev/SP e da Fenasps, a Rita de Cássia Assis Bueno (Ritinha), é mais uma das trabalhadoras que vem sofrendo esses ataques, que remetem aos tempos mais sombrios da ditadura militar e aos porões da tortura e às perseguições, desaparecimentos e mortes dos militantes e dirigentes sindicais.

Mesmo durante uma pandemia que coloca em risco a vida dos servidores(as) e dos segurados(as), quando as preocupações do INSS deveriam se focar em proteger os servidores(as) com vacinação e medidas efetivas de proteção contra a Covid, o interesse da gestão da autarquia é punir os dirigentes sindicais para esconder no armário os esqueletos e a política paulatina de desmonte da estrutura de atendimento à população. O objetivo do Governo é selar na categoria a paz dos cemitérios, impedindo qualquer manifestação que denuncie a grave situação pela qual passa o INSS.

O governo tenta impedir o papel de todos(as) dirigentes sindicais eleitos e combativos, como é o caso da diretora eleita pela categoria, Ritinha, em encaminhar demandas e denúncias da falta de condições de trabalho e atendimento aos segurados.

Ressalta-se que este ataque não é um ataque individual contra uma servidora. Trata-se de um acinte e uma afronta contra o conjunto da classe trabalhadora, contra os

seus militantes e contra os representantes das categorias de servidores públicos. Um ataque a direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, da Liberdade de Expressão e de Organização Sindical.

Esse TAC, intimidatório e ameaçador, tentar calar uma das vozes ativas e lutadoras da categoria, se utilizando da estrutura do INSS e da burocracia. Trata-se, ainda, de tentar impedir a luta e mobilização dos trabalhadores.

Portanto, é fundamental a solidariedade de todos os(as) servidores(as), sindicatos, organizações da sociedade civil, na defesa intransigente da companheira, pois este ataque mostra que o governo não aceitará qualquer luta por direitos e contra a desestruturação das políticas públicas sociais.

As perseguições começam com procedimentos, processos, termos de ajustamento de conduta, mordidas, censuras, e podem terminar em demissões. O próximo passo é o sequestro, a tortura e as mortes daqueles que lutam por direitos previstos na Constituição e na legislação social e trabalhista.

Trata-se de uma luta pela sobrevivência da nossa classe trabalhadora, contra aqueles que querem voltar aos tempos sombrios dos porões do DOPS, tão elogiados e exaltados pelo atual chefe de estado e de governo do país.

É PRECISO AGIR

Bertold Brecht (1898-1956)

*“Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro*

*Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável*

*Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.*

*Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo”*

Brasília, 20 de maio de 2021

Diretoria Colegiada da FENASPS